



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações contábeis

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanco patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual da concessão

Veja as Notas 3.2 e 7 das demonstrações contábeis

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 177.531 mil, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão. A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo contratual da concessão inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, consequentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP. Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual da concessão; (ii) Entendimento do processo e avaliação do desenho dos controles internos relevantes utilizados pela Companhia, no curso da auditoria, relacionados a mensuração do ativo contratual da concessão; (iii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>		35.355	35.466
Caixa e equivalentes de caixa	4	574	514
Investimentos de curto prazo	5	13.496	14.293
Concessionárias e permissionárias	6	2.300	1.856
Impostos a recuperar		552	1.451
Ativo contratual da concessão	7	17.206	16.404
Outros ativos		1.227	948
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		161.557	160.421
Concessionárias e permissionárias	6	1.167	787
Ativo contratual da concessão	7	160.325	159.550
Depósitos judiciais		15	-
Direito de uso sobre arrendamento		50	84
TOTAL DO ATIVO		196.912	195.887
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>		12.447	11.663
Salários, férias e encargos sociais		266	182
Fornecedores		153	216
Debêntures	8	5.106	5.097
Tributos e contribuições sociais a recolher		1.787	1.467
Encargos regulatórios		173	96
Arrendamentos a pagar	13.b	41	40
Adiantamento de clientes		1.512	1.421
Dividendos a pagar	13.c	1.210	1.054
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	2.108	2.009
Outros passivos		91	81
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		61.190	75.022
Debêntures	8	17.473	22.441
Encargos regulatórios		314	237
Arrendamentos a pagar	13.b	18	60
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	19.640	19.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	22.934	32.649
Provisão para contingências	11	17	16
Outros passivos		794	74
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		123.275	109.202
Capital social	12.a	46.826	46.826
Reservas de lucros	12.b	76.449	62.376
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		196.912	195.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção		4.229	3.879
Remuneração ativo contratual da concessão		16.377	16.398
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	20.606	20.277
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo de infraestrutura		-	(123)
Custo dos serviços prestados	15	(3.794)	(3.097)
LUCRO BRUTO		16.812	17.057
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(303)	(265)
Pessoal		(63)	(97)
Honorários da diretoria e conselho de administração	13.a	(40)	(52)
		(406)	(414)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		16.406	16.643
Despesas financeiras	16	(4.134)	(2.282)
Receitas financeiras	16	2.203	2.033
		(1.931)	(249)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.475	16.394
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(737)	(747)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 17	9.715	(3.640)
		8.978	(4.387)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.453	12.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.453	12.007
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	23.453	12.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	46.826	5.743	9.961	26.706	38.683	-	127.919
Dividendos intermediários conforme AGE de 15/08/2023	-	-	-	-	(28.380)	-	(28.380)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.007	12.007
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	600	-	-	-	(600)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.054)	(1.054)
Dividendos intercalares conforme ARCA de 14/08/2024	-	-	-	-	-	(1.290)	(1.290)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	2.031	-	-	(2.031)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	6.780	(6.780)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	252	-	(252)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	46.826	6.343	11.992	26.958	17.083	-	109.202
Dividendos intermediários conforme AGE de 21/07/2025	-	-	-	-	(4.300)	-	(4.300)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.453	23.453
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	1.173	-	-	-	(1.173)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.210)	(1.210)
Dividendos intercalares conforme ARCA de 22/07/2025	-	-	-	-	-	(3.870)	(3.870)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	1.959	-	-	(1.959)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	1.897	(1.897)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	13.344	-	(13.344)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	46.826	7.516	13.951	40.302	14.680	-	123.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.475	16.394
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	15	34	50
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	16	4.050	2.168
Receita de aplicações financeiras		(2.164)	(1.973)
Descontos financeiros obtidos		(2)	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos		194	288
Contingências		1	1
		16.588	16.928
Aumento (redução) no ativo			
Concessionárias e permissionárias		(824)	(952)
Impostos a recuperar		899	318
Ativo contratual da concessão		(1.577)	(2.358)
Outros ativos		(294)	(36)
		(1.796)	(3.028)
(Redução) aumento no passivo			
Fornecedores		(61)	(41)
Salários, férias e encargos sociais		84	(2)
Tributos e contribuições sociais a recolher		501	655
Adiantamento de clientes		91	710
Encargos regulatórios		154	(5)
Outros passivos		576	(51)
		1.345	1.266
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(918)	(801)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		15.219	14.365
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de títulos e valores mobiliários		-	2.407
Aplicações em títulos e valores mobiliários		-	(611)
Resgates de investimento de curto prazo		35.331	49.527
Aplicações em investimento de curto prazo		(32.370)	(52.493)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		2.961	(1.170)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	13.c	(9.224)	(30.196)
Captação de debêntures	8.c	(11)	29.879
Pagamento de principal e juros de arrendamentos		(46)	(64)
Pagamento de juros de empréstimos e debêntures	8.c	(3.859)	(1.959)
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	8.c	(4.980)	(10.792)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(18.120)	(13.132)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		60	63
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		514	451
Saldo no final do exercício		574	514
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		60	63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (“Companhia” ou “ETEM”) foi constituída em 20 de janeiro de 2010, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, conjunto 151, Sala F, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), que detém 62,79% das ações ordinárias. Adicionalmente, a Sollo Energia S.A detém 37,21% das ações ordinárias.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2010	30	2040	R\$ 20.534	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2025-2026, conforme resolução homologatória nº 3.481.

Em 16 de dezembro de 2011, as linhas de transmissão e as respectivas subestações entraram em operação comercial.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 27 de Fevereiro de 2026.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes e instrumentos financeiros. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente aos instrumentos financeiros derivativos, assim como as premissas a serem observadas, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção

3.1.4 Receitas de operação e manutenção – Continuação

monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE e Reserva Global de Reversão "RGR") registrados no passivo circulante e não circulante.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.1.5 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para a conta de Concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é de 6,59% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.6. Instrumentos financeiros

3.6.1. Apresentação líquida – Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelas taxas de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo.

3.10 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.11 Tributação

3.11.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("Reforma Tributária"), que altera o Sistema Tributário Nacional, prevendo a substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com período de transição iniciado em 2026 e extinção definitiva dos tributos atuais em 2027.

A Companhia possui saldos de PIS e COFINS Diferidos reconhecidos sobre Ativos Contratuais de Concessão, cujas reversões ocorrerão majoritariamente após o período de extinção de tais tributos, em 2027. Segundo a IAS 12 / CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que tenham sido substantivamente aprovadas até a data do balanço.

Embora a base constitucional para a extinção do PIS/COFINS tenha sido estabelecida, a Companhia avaliou que a mensuração dos efeitos contábeis de forma fidedigna ainda depende da conclusão da regulamentação infraconstitucional (Leis Complementares).

Especificamente para o setor de transmissão de energia, o regime de diferimento da CBS/IBS e as alíquotas específicas que impactarão o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ainda estão sob definição regulatória. Dessa forma, a Administração entende que a aprovação substantiva para fins de mensuração contábil no seu cenário específico será alcançada ao longo do exercício de 2026, momento em que procederá com o recálculo e a eventual baixa dos saldos diferidos, juntamente com o ajuste correspondente no Ativo Contratual, de modo a refletir a neutralidade regulatória esperada.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.10.1 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.10.2 Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional (Emenda Complementar nº 132/2023)

Contexto Geral

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e sua regulamentação subsequente, foi instituído no Brasil um novo modelo de tributação sobre o consumo, baseado no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, cuja implementação ocorrerá de forma gradual ao longo do período de transição.

Nesse contexto, a Companhia está sujeita à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais, bem como sobre a prestação de serviços acessórios, incluindo a concessão de aval e fiança.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, os critérios de repartição das receitas tributárias entre os entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

Período de Transição e Exercício de 2026

A partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia, passou a integrar a fase de testes do novo sistema tributário, com a aplicação das seguintes alíquotas transitórias:

0,9% referente à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS);

0,1% referente ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A obrigatoriedade de consideração dessas alíquotas na apuração dos tributos tem início em 1º de janeiro de 2026. De acordo com a legislação vigente, tais valores não são exigíveis financeiramente no exercício de 2026, não resultando, até o momento, em impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, a implementação do novo modelo demanda adequações relevantes nos sistemas de informação, nos processos de compliance tributário e na emissão de documentos fiscais, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

As alíquotas definitivas do IBS e da CBS ainda não foram estabelecidas e serão fixadas pelo Senado Federal, sendo as alíquotas mencionadas acima válidas exclusivamente para o exercício de 2026, em caráter transitório.

Redução de Incentivos e Benefícios Fiscais

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, introduziu uma redução linear de 10% em determinados incentivos e benefícios fiscais federais vigentes. No âmbito das atividades desenvolvidas pela Companhia e sua controlada, especialmente no segmento de transmissão de energia elétrica, destacam-se os seguintes efeitos:

REIDI: O regime especial, que anteriormente previa a suspensão ou aplicação de alíquota zero de PIS/COFINS sobre determinados investimentos, passou a prever incidência efetiva equivalente a 0,925% ou 0,365%, conforme o enquadramento da operação.

Incentivos Regionais (SUDAM e SUDENE): A redução do IRPJ incidente sobre o lucro da exploração, anteriormente fixada em 75%, foi reduzida para 67,5%.

Limitação Global de Benefícios: Foi instituído limite agregado para incentivos e benefícios tributários equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), podendo resultar em revisões futuras da fruição desses benefícios.

Os impactos decorrentes dessas alterações vêm sendo avaliados pela Administração da Companhia, considerando a vigência dos benefícios atualmente reconhecidos e a expectativa de sua manutenção ou redução ao longo do período de transição.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

Alterações na Tributação sobre o Resultado e o Capital

A Lei Complementar nº 214/2025 também promoveu modificações relevantes na tributação incidente sobre o capital e nos regimes simplificados de apuração, dentre as quais se destacam:

Juros sobre Capital Próprio (JCP): A alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os pagamentos de JCP foi majorada de 15% para 17,5%, impactando o custo fiscal desse instrumento de remuneração aos acionistas.

Lucro Presumido: As margens de presunção foram majoradas em 10%, afetando a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para empresas de transmissão de energia, a margem presumida do IRPJ passou de 8% para 8,8%, e a da CSLL de 12% para 13,2%.

Julgamentos, Estimativas e Incertezas

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação do novo sistema tributário, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus efeitos sobre a formação de preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade do período de transição, permanecem incertezas relevantes quanto aos impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (IFRS/CPC).

3.12 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2025 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21): Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

3.13 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7; aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026);
- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (aplicáveis para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Caixa e bancos	101	496
Aplicações Financeiras	473	18
	<u>574</u>	<u>514</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	13.496	14.293
	13.496	14.293

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,43% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	2.300	1.856
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	1.167	787
	3.467	2.643

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Ativo contratual da concessão

Movimentação do contas a receber ativo contratual	
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Ativo contratual	173.596
Receita de operação e manutenção (nota 14)	4.651
(-) Parcela variável (nota 14)	(191)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	18.855
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(20.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - Ativo contratual	175.954
Receita de operação e manutenção (nota 14)	4.865
(-) Parcela variável (nota 14)	(2)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	18.838
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(22.124)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 - Ativo contratual	177.531
Ativo contratual da concessão - circulante	17.206
Ativo contratual da concessão - não-circulante	160.325
	177.531

7. Ativo contratual da concessão - Continuação

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item, ao final na concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. Debêntures

- a. O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante					Não circulante			
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2025	31/12/2024	Principal	Custo a amortizar	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures 1ª emissão	15/06/2030	100% do CDI + 1%	147	4.980	(21)	5.106	5.097	17.550	(77)	17.473	22.441
			147	4.980	(21)	5.106	5.097	17.550	(77)	17.473	22.441

Em 15 de junho de 2024, a Companhia realizou a 1ª Emissão de 30.000 debentures, simples, totalizando R\$ 30.000.000,00, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Vortx. As Debêntures emitidas têm o prazo de vencimento de 6 anos, sendo assim, o vencimento previsto em 15 de junho de 2030 contados com a data de emissão. Sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. A 1ª amortização do principal aconteceu em 15 de dezembro de 2024 e a última será na data de vencimento acima mencionado. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, incidentes sobre a PU de 100% do CDI + 1%.

Este contrato estabelece condições contratuais restritivas que é a de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias, a partir do exercício findo em 2024.

A Administração mantém o acompanhamento desses índices, bem como as obrigações específicas do contrato.

8. Debêntures - Continuação

- b. Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas têm os seguintes vencimentos:

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Debêntures 1ª emissão	5.127	4.980	4.980	4.980	2.610	22.677
Debêntures - custo de captação	(22)	(22)	(22)	(22)	(10)	(98)
	5.105	4.958	4.958	4.958	2.600	22.579

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

- c. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos (nota 16)	Amortização do principal	Amortização do encargos	Custos a amortizar	Amortização do custo de captação (nota 16)	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2024							31/12/2025
Debêntures								
Debêntures 1ª emissão	27.538	-	3.869	(4.980)	(3.859)	(11)	22	22.579
	27.538	-	3.869	(4.980)	(3.859)	(11)	22	22.579

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos (nota 16)	Amortização do principal	Amortização do encargos	Custos a amortizar	Amortização do custo de captação (nota 16)	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2023							31/12/2024
Debêntures								
BNDES - Subcrédito A	7.923	-	292	(7.914)	(301)	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	388	-	15	(388)	(15)	-	-	-
Debêntures 1ª emissão	-	30.000	1.779	(2.490)	(1.643)	(121)	13	27.538
	8.311	30.000	2.086	(10.792)	(1.959)	(121)	13	27.538

9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante	2.108	2.010
Pis Diferido	284	271
Cofins Diferido	1.308	1.247
Reserva Global de Reversão - RGR	447	427
Taxa de fiscalização ANEEL	69	65
Passivo não circulante	19.640	19.544
Pis Diferido	2.646	2.633
Cofins Diferido	12.185	12.126
Reserva Global de Reversão - RGR	4.168	4.148
Taxa de fiscalização ANEEL	641	637
	21.748	21.554

8. Contribuições e encargos regulatórios diferidos - Continuação

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("Reforma Tributária"), que altera o Sistema Tributário Nacional, prevendo a substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com período de transição iniciado em 2026 e extinção definitiva dos tributos atuais em 2027.

A Companhia possui saldos de PIS e COFINS Diferidos reconhecidos sobre Ativos Contratuais de Concessão, cujas reversões ocorrerão majoritariamente após o período de extinção de tais tributos, em 2027. Esses passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado, com base nas taxas que tenham sido substantivamente aprovadas até a data do balanço. Embora a base constitucional para a extinção do PIS/COFINS tenha sido estabelecida, a Companhia avalia que a mensuração dos efeitos contábeis de forma fidedigna ainda depende da conclusão da regulamentação infraconstitucional (Leis Complementares).

Especificamente para o setor de transmissão de energia, o regime de diferimento da CBS/IBS e as alíquotas específicas que impactarão o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ainda estão sob definição regulatória. Dessa forma, a Administração da Companhia entende que a aprovação substantiva para fins de mensuração contábil no seu cenário específico será alcançada ao longo do exercício de 2026, momento em que procederá com o recálculo e os registros contábeis consequentes desse assunto, inclusive, com o ajuste correspondente no Ativo Contratual, de modo a refletir a neutralidade regulatória esperada.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, decorrem de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, reconhecidos com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão e o OCPC 05 – orientação contratos de concessão, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	60	60	99	99
Diferido do ativo contratual	21.747	21.747	21.554	21.554
Outros	212	212	156	156
Subtotal	22.019	22.019	21.808	21.808
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	76.105	76.105	71.923	71.923
Art. 69 inciso IV Lei 12.973/14	1.582	1.582	1.692	1.692
Diferido do arrendamento mercantil	50	50	84	84
Diferido do ativo contratual	46.896	46.896	44.422	44.422
Subtotal	124.633	124.633	118.120	118.120
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	-	-	-
Base de cálculo	102.614	102.614	96.312	96.312
Imposto diferido - base de cálculo	38.846	102.614	95.788	96.312
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	63.768	-	524	-
Alíquota aplicada	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6,25%	-	6,25%	-
Total de IRPJ e da CSLL alíquota aplicada	9.712	9.236	23.947	8.669
Total de IRPJ e da CSLL alíquota incentivada	3.986	-	33	-
Total IRPJ e CSLL diferidos	13.698	9.236	23.980	8.669
Total IR e CS alíquota aplicada		18.948		32.616
Total IR e CS alíquota incentivada		3.986		33
		22.934		32.649

A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real			
	Dezembro	Movimentação no resultado (nota 17)	Dezembro	Movimentação no resultado (nota 17)
	2023		2024	
Imposto de renda diferido	21.042	2.938	23.980	(10.282)
Contribuição social diferida	7.967	702	8.669	567
	29.009	3.640	32.649	(9.715)
				22.934

11. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

- (i) Demanda Cível:** Atualmente existe 01 (um) processo judicial de natureza cível com valor em risco aproximado de R\$ 17, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não é considerado relevante para o negócio. (Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o mesmo processo judicial de natureza cível com valor em risco de R\$ 16).

(B) PERDA POSSÍVEL: Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e/ou suas controladas, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda:

- (i) Demandas Tributárias:** A Companhia possui 01 (um) processo administrativo de natureza tributária com valor em risco aproximado em R\$ 73, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não é considerado relevante para o negócio. (Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia 01 (um) processo administrativa da mesma natureza com valor em risco de R\$ 68).
- (ii) Demandas Trabalhistas:** Em 2025, não existem demandas judiciais, administrativas ou arbitrais dessas naturezas com probabilidade de perda classificada como possível. (Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía 01 (um) processo judicial de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 639, envolvendo, ainda, outras 06 (seis) coligadas).
- (iii) Demandas Ambientais/Arbitrais/Regulatórias:** Em 2025 e 2024, não existem demandas judiciais, administrativas ou arbitrais dessas naturezas com probabilidade de perda classificada como possível.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 46.826 composto por 43.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	31/12/2025 e 31/12/24	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S.A.	27.000.000	62,79%
Sollo Energia S.A.	16.000.000	37,21%
Total das ações	43.000.000	100%

b. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Destinação do resultado	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	23.453	12.007
Constituição de reserva legal (5%)	(1.173)	(600)
Subtotal	22.280	11.407
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.210)	(1.054)
Dividendos intercalares	(3.870)	(1.290)
Reserva de Incentivo Fiscal	(1.959)	(2.031)
Reserva de lucros	(1.897)	(6.780)
Reserva de lucros a realizar	(13.344)	(252)
Saldo de lucros acumulados	-	-

A composição das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

Reservas de lucros	31/12/2025	31/12/2024
Reserva Legal	7.516	6.343
Reserva de incentivos fiscais	13.951	11.992
Reserva de lucros a realizar	40.302	26.958
Reserva de lucros	14.680	17.083
Saldo de reservas de lucros	76.449	62.376

12. Patrimônio líquido - Continuação

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, consequente geração de caixa pela Companhia.

13. Partes relacionadas

a. Remuneração da alta Administração

A remuneração da Administração inclui diretoria e conselho de administração e é composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2025 a remuneração para a alta administração foi de R\$ 40 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2024).

b. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando R\$ 59 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2024).

c. Dividendos

Em 21 de julho de 2025 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros, no montante total de R\$ 4.300. Pago em julho de 2025.

Em 22 de julho de 2025 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intercalares com base no Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Período Acumulado do exercício de 2025, no montante total de R\$ 3.870. Pago em julho de 2025.

Em 31 de julho de 2025 a Companhia, pagou o valor de R\$ 1.054 referente ao residual dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia declarou R\$ 5.080 de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, dos quais R\$ 3.870 já haviam sido pagos como dividendos intercalares em julho de 2025, conforme menção acima.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui em aberto os valores de dividendos no total de R\$ 1.210 (R\$ 1.054 em 31 de dezembro de 2024).

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	23.701	23.315
Receita de operação e manutenção (nota 7)	4.865	4.651
(-) Parcela variável (nota 7)	(2)	(191)
Remuneração do ativo de concessão (nota 7)	18.838	18.855
Deduções da receita operacional	(3.095)	(3.038)
Programa de Integração Social - PIS	(391)	(385)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.801)	(1.772)
Reserva global de reversão - RGR	(616)	(606)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(77)	(73)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(77)	(73)
Ministério de minas e energia - MME	(38)	(36)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(95)	(93)
Receita operacional líquida	20.606	20.277

15. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(1.494)	(1.071)
Material	(777)	(476)
Serviços de terceiros	(785)	(770)
Aluguéis	(535)	(564)
Seguros	(13)	(13)
Outros tributos e taxas	(18)	(17)
Depreciação e amortização	(34)	(50)
Outros	(138)	(136)
Total custos dos serviços prestados	(3.794)	(3.097)

16. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	2.203	2.033
(*) Receita de aplicações financeiras	2.055	1.877
Atualização monetária ativa	139	150
Descontos obtidos	2	-
Outros	7	6
Despesas financeiras	(4.134)	(2.282)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (nota 8.c)	-	(286)
Encargos sobre debêntures (nota 8.c)	(3.869)	(1.780)
Custos de captação de dívida amortizado (nota 8.c)	(22)	(13)
Juros sobre arrendamentos	(5)	(11)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos (nota 8.c)	-	(20)
Atualização monetária	(154)	(58)
Outros	(84)	(114)
Total líquido	(1.931)	(249)

(*) Receita de aplicações financeiras líquida de impostos

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	14.475	14.475	16.394	16.394
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	12.835	12.835	11.329	11.329
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(17.017)	(17.017)	(16.435)	(16.435)
Ativo contratual CPC 47	(2.281)	(2.281)	(2.938)	(2.938)
Revisão tarifária periódica	67	26	(49)	(52)
Lucro Fiscal	8.079	8.038	8.302	8.298
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	8.079	8.038	8.302	8.298
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(1.996)	(723)	(2.052)	(747)
Incentivo fiscal SUDAM	1.959	-	2.031	-
Outros	23	-	20	-
Total dos tributos correntes	(14)	(723)	-	(747)
Total dos tributos diferidos (nota 10)	10.282	(567)	(2.938)	(702)
Despesa total com tributos	10.268	(1.290)	(2.938)	(1.449)
Alíquota efetiva	-62,02%		26,76%	

18. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	101	101	496	496	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	473	473	18	18	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos a curto prazo	13.496	13.496	14.293	14.293	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	3.467	3.467	2.643	2.643	-	Custo amortizado
	17.537	17.537	17.450	17.450		
Passivo						
Fornecedores	153	153	216	216	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22.579	22.579	27.538	27.538	-	Custo amortizado
	22.732	22.732	27.754	27.754		

c. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

d. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

i. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.754 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

18. Instrumentos financeiros - Continuação

ii. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

iii. Risco de taxas de juros

A atualização do contrato de debêntures está vinculada ao IPCA.

iv. Risco de Preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

v. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

vi. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

18. Instrumentos financeiros - Continuação

e. Análise de sensibilidade

i. Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e a TJLP, as taxas utilizadas foram as últimas divulgadas pelo Conselho Monetário Nacional e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente

Para as aplicações financeiras em cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
	31/12/2025		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		12,25%	6,13%	9,19%	15,31%	18,38%	
Investimento de curto prazo	CDI	13.496	1.653	827	1.240	2.066	2.481

Para os empréstimos cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano							
Taxa de Juros a.a.				Posição em 31/12/2025		Cenário Provável		Risco de redução		Risco de aumento	
								Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debêntures 1ª emissão	CDI	+	1,00%	22.579	12,25%	6,13%	9,19%	15,31%	18,38%		
					3.019	1.624	2.322	3.717	4.417		

19. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2025.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Responsabilidade Patrimonial	9.551	14	30/06/2026
Responsabilidade Civil	10.000	2	30/06/2026
Responsabilidade Civil D&O	50.000	1	28/08/2026
Total	69.551	17	
